

curriculares, a partir de processos histórico-sociais macros e/ou micros. Ainda que iniciais, nossas conclusões têm sido alimentadas pelas contradições, omissões e diferentes significados teóricos e políticos presentes no interior dos documentos curriculares. Desse quadro depreendemos inúmeros dispositivos discursivos, que na perspectiva de instituírem uma relação de comunicação, nos possibilitam enfatizar valores não audíveis, insípidos ou mesmo por dizer, dependentes dos contextos para o qual foram projetados.

5. Currículo, Aprendizagens e Trabalho Docente

Amélia Lopes

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

amelia@fpcc.up.pt

O trabalho docente entre sofrimento e prazer – os últimos 20 anos

A possibilidade de se falar de sofrimento dos que trabalham no seu trabalho está sempre associada ao facto de se considerar a pessoa que trabalha como participante na qualidade do trabalho. As mudanças verificadas nas sociedades e na organização do trabalho ao longo do séc. XX explicam a emergência desta nova e determinante perspectiva. Com efeito, essas mudanças alteram a vivência do trabalho que, agora menos previsível e portanto menos prescritível, gera necessariamente sofrimento.

As análises organizam-se em torno do sofrimento inerente e construtivo – que permite o acesso ao prazer e a conquista de identidade – e o sofrimento absurdo e sem sentido.

Nesta contribuição, procurarei (re)visitar três fases das concepções sobre o sofrimento e o trabalho docente nos últimos 20 anos, a que chamarei de “ênfase individual”, de “ênfase organizacional” e de “ênfase societal”. Faço-o com um objectivo e uma preocupação. O objectivo é o de elucidar diversas facetas do sofrimento associado ao trabalho docente, uma vez que as diferentes visões não se excluem, antes se complementam. A preocupação é a de semear a construção de alternativas ao sofrimento actual dos professores no seu trabalho, decorrente da chamada “nova gestão pública” ou gerencialismo.

Maria do Céu Roldão

maria.roldao@netvisao.pt

O currículo enquanto aprendizagem – o lugar e o objecto do trabalho de ensinar

As questões curriculares têm ganho visibilidade política e social acrescida a partir da expansão da educação escolar que visibilizou de forma nova, o desajuste do modelo escolar vigente à aprendizagem efectiva das populações que é missão da escola servir.

A especificidade desta tensão situa-se a vários níveis que se articulam com a função e desempenho dos professores.

Num primeiro nível, a natureza da organização escolar do currículo que se reporta a perspectivas sedimentadas num tempo histórico já passado, carece de uma reconceptualização orientada para a centralidade do conceito de *currículo* enquanto decorrência de dois outros conceitos-chave: a *aprendizagem* no que se refere à sua natureza, e a *necessidade social e individual do saber* curricular, no que se refere à sua legitimação,

Num segundo nível, a representação social, historicamente construída, da função docente, atravessa, por força da tensão relativa à escola e ao currículo, um momento charneira no percurso do desenvolvimento profissional do grupo, que se debate entre a afirmação ou esbatimento de um estatuto profissional. A antecipação de um cenário, entre vários possíveis, no sentido do reforço da profissionalidade, como a investigação vem demonstrando, só poderá ocorrer se assente na especificidade do *saber docente* e na resignificação da distinção da acção de *ensinar*, tendo como centro a aprendizagem do outro e a sua promoção.

Sonia Kramer

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Trabalho docente, infância e currículo: urgências e sutilezas da ação escolar

A partir do tema proposto para a Mesa Redonda, esta apresentação se baseia, de um lado, em trabalhos de pesquisa realizados no Brasil pelo Grupo de Pesquisa sobre a Infância, a Formação e a Cultura/INFOC por mim coordenado e, de outro lado, em projetos de intervenção, formação e avaliação desenvolvidos junto a sistemas públicos e comunitários em municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O texto está dividido em dois momentos. O primeiro trata do currículo frente às tensões e contradições da gestão de sistemas de ensino e suas repercussões na escola, refletindo sobre aspectos relativos às políticas públicas, em uma perspectiva macro. O segundo aborda o currículo face às mudanças políticas e conceituais relativas à infância e seus impactos na escola, explorando desafios hoje enfrentados nas interações entre adultos e crianças, em uma perspectiva micro, portanto. Concepções de trabalho docente e de infância são problematizadas: as crianças, os jovens e os adultos são considerados como sujeitos sociais, da história, que produzem cultura e são nela produzidos. Nos dois momentos, são analisadas as urgências e as sutilezas nas duas instâncias de atuação. As conclusões apontam para os dilemas que se colocam na ação escolar na contemporaneidade, em particular quanto à construção de autoridade, autonomia e autoria, e para a urgência de intervenção na gestão e na formação de professores no sentido de promover a formação cultural.

Jesus Maria Sousa

Universidade da Madeira

angi@uma.pt

Currículo sem aprendizagem?

O currículo, enquanto área de estudo e investigação, tem uma história relativamente recente, como todos sabemos. A sua afirmação identitária deveu-se ao facto de ter um objecto de estudo bem específico e delimitado, que não se confunde nem com a psicologia, nem com a sociologia, estas sim, ciências autónomas de longa data.

No entanto, o que esta comunicação pretende sublinhar é que uma delimitação estrita das fronteiras do currículo, relativamente a outras áreas científicas que com ela interagem, pode levar a um seu esvaziamento conceptual, transformando-a, afinal, num mero enunciado de intenções e regras de bem ensinar e avaliar que, por serem normativas e prescritivas, a despojariam do seu estatuto científico.

Se é certo que o currículo não se consegue dissociar do poder que o determina (seja ele do Estado, da Região, da Escola ou da Turma – estes últimos se pensarmos nos actuais Projectos Educativos e Curriculares de Escola e de Turma), ele só ganha sentido na sua relação directa com a prática, ou seja, o currículo, para ser currículo, necessita de ser desenvolvimento curricular. Primeiro, entendido ao nível da interpretação e análise crítica do professor sobre o que o poder pretende que ele ensine, e depois na relação com a sua própria operacionalização.

No entanto, mesmo assim, mantém-se a incompletude conceptual, se o currículo se mantiver à porta do aprendiz. O mesmo será dizer que o currículo, para ser currículo, tem de ser apreendido pelo aluno, pois só existe currículo quando verdadeiramente acontece a aprendizagem.